



DENÚNCIA Nº	35603
PROTOCOLO SICCAU Nº	1515252/2022
RELATOR	ALMIR SEBASTIÃO RIBEIRO SOUZA

DELIBERAÇÃO CED-CAU/MT nº 271/2023

A **COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA – CED-CAU/MT**, reunida ordinariamente de maneira presencial, no dia *17 de abril de 2023*, no uso das competências que lhe conferem art. 95 do Regimento Interno do CAU/MT; e

Considerando os fatos expostos pelo (a) relator (a) Conselheiro (a) Almir Sebastião Ribeiro Souza no parecer de admissibilidade.

Considerando que há indício de infração ao Art. 18, inciso X da Lei 12.378/2012 e a regra 1.2.1 do Código de Ética e Disciplina, aprovado pela Resolução CAU/BR nº 52/2013, devido os fatos expostos no “Parecer de Admissibilidade” do (a) relator (a) devidamente fundamentado, que concluiu:

“Tendo em vista os fatos expostos, proponho à CED-CAU/MT para fins do art. 21 da Resolução CAU/BR 143/2017, acatamento da denúncia e consequente instauração do processo ético-disciplinar.”

Considerando que compete à CED-CAU/MT realizar o juízo de admissibilidade, imediatamente após a leitura do parecer de admissibilidade emitido pelo relator e que a referida Comissão decidirá pelo acatamento da denúncia e consequente instauração do processo ético-disciplinar ou no não acatamento da denúncia e consequente determinação do seu arquivamento liminar, nos termos do art. 21, da Resolução CAU/BR nº 143/2017.

DELIBEROU:

1. Aprovar o parecer de admissibilidade fundamentado do (a) Conselheiro (a) Relator (a), decidindo pelo acatamento da denúncia e consequente instauração do processo ético-disciplinar.
2. Intimar as partes da instauração do processo ético-disciplinar e dos fatos imputados, indicando os dispositivos supostamente infringidos e as eventuais sanções aplicáveis, advertindo:
 - a) O denunciado a apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias, com os documentos que eventualmente a instruem e a indicação de outras provas a serem produzidas, bem como, se for o caso, o rol de testemunhas, até o máximo de 5 (cinco), indicando inclusive a necessidade de audiência de instrução, arrolando testemunhas; e
 - b) O denunciado indicar a possibilidade de pedido de sigilo do processo ético-disciplinar, hipótese em que somente as partes e seus procuradores terão acesso às informações e aos documentos nele contidos, nos termos do art. 21, § 1º da Lei nº 12.378, de 2010.



DENÚNCIA Nº	35603
PROTOCOLO SICCAU Nº	1515252/2022
RELATOR	ALMIR SEBASTIÃO RIBEIRO SOUZA

DELIBERAÇÃO CED-CAU/MT nº 271/2023

Com **03 votos favoráveis** dos Conselheiros: Vanessa Bressan Koehler, Weverthon Foles Veras e Almir Sebastião Ribeiro de Souza, **00 votos contrários**; **00 abstenção** e **01 ausência justificada** da Conselheira Elisângela Fernandes Bokorni.

VANESSA BRESSAN KOEHLER
Coordenadora

ELISANGELA FERNANDES BOKORNI
Coordenadora adjunta

AUSENTE

WEVERTHON FOLES VERAS
Membro

ALMIR SEBASTIÃO RIBEIRO DE SOUZA
Membro